

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

2



Atena
Editora

Ano 2021

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

2



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfnas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D611 Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 2 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-030-5

DOI 10.22533/at.ed.305213004

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Inicialmente localizamos o leitor quanto ao contexto de organização desta obra; pois, nesse momento, (sobre)vivemos em um contexto pandêmico no qual os desafios enfrentados perpassam as “(...) relações entre a preservação da vida e as necessidades sociais tão preciosas a nós humanos, seres gregários que somos, bem como as dificuldade relativas ao trabalho, à economia e à sustentabilidade das instituições.” (GATTI, 2020, p. 30¹).

Neste contexto, é com entusiasmo de dias melhores que apresentamos o livro: **“Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação”** cujas temáticas focam a problematização da educação em relação as práticas, discursos, subjetividades e ideias, voltadas a formação de professores, gestão educacional, contexto pandêmico, inclusão, gênero e diversidade, ensino de Ciências e Matemática, práticas interdisciplinares, profissionalização e trabalho docente, Educação à Distância, entre outros.

Uma obra estruturada a muitas mãos e que tem por objetivo socializar as diferentes produções, desde relatos de experiências a textos de pesquisas, vinculados a diferentes instituições nacionais e internacionais, ampliando o olhar acerca das temáticas que evidenciamos anteriormente. O número expressivo de artigos encaminhados para este livro e os resultados aqui apresentados, revelou a relevância da temática e dos estudos e pesquisas que vêm sendo realizados por diferentes pesquisadores, bem como reafirma o entendimento da imprescindível necessidade de Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação.

Dessa forma, esperamos que esta obra seja a mola propulsora para futuras reflexões e inspirações para docentes em formação e/ou exercício da docência. Que ao ler os textos que apresentamos nesse volume inspiremos investigações e práticas exitosas, permitindo um ressignificar dos processos de formação, ensino e de aprendizagem. Os artigos que compõe este livro – cada um sob olhares, discursos, práticas, ideias e impressões de seus autores – buscam galgar por questões que inquietam o cotidiano social da educação, principalmente, contribuir com as discussões que promovam a qualificação do ensino no Brasil, reafirmando a necessidade de olhares mais apurado para subjetividade que compõem as diferentes práticas e discursos educacionais.

Nesse sentido, portanto, desejamos a todos uma ótima e profícua leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

¹ GATTI, A. B. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**. vol.34 no.100 São Paulo Sept./Dec. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

SER PROFESSOR: DO PRÉ-NASCIMENTO ATÉ OS DIAS ATUAIS

Tiago Pellizzaro

DOI 10.22533/at.ed.3052130041

CAPÍTULO 2..... 11

O QUESTIONAMENTO DA TÉCNICA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Cláudia Helena dos Santos Araújo

Olira Saraiva Rodrigues

Alessandro Silva de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3052130042

CAPÍTULO 3..... 21

OSCILAÇÃO NA COMUNICAÇÃO AO LONGO DO TEMPO QUE FAVORECE A COMUNICAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Vivian Aurelia Minnaard

Sergio Nemi

María Cecilia Rabino

Guillermina Riba

Gonzalo Soto

Valeria Florio

Carolina Dobrinin

Martín López

Julián Fernández

DOI 10.22533/at.ed.3052130043

CAPÍTULO 4..... 28

O PAPEL DO PROFESSOR FORMADOR PARA A APRENDIZAGEM DO ALUNO DA EAD

Leonardo de Paula Miranda

Leila Conceição de Paula Miranda

José de Almeida Carneiro Neto

Thatiane Lopes Oliveira

Luciana de Paula Miranda

Falyne Pinheiro de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3052130044

CAPÍTULO 5..... 35

A INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PRÁTICA DOCENTE

Lucas Capita Quarto

Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza

José Fernandes Vilas Netto Tiradentes

Margarete Zacarias Tostes de Almeida

Elan Francis Gonçalves de Araújo

Fernanda Castro Manhães
DOI 10.22533/at.ed.3052130045

CAPÍTULO 6..... 44

O DESEMPENHO PROFISSIONAL DO EDUCADOR E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O APRENDIZADO DOS CONTEÚDOS DE BIOLOGIA

Lucélia Sandra Silva Barbosa Braga
Rosiney Rocha Almeida
Heron Walmor Santos Cruz

DOI 10.22533/at.ed.3052130046

CAPÍTULO 7..... 53

PANDEMIA E EDUCAÇÃO NOS DIFERENTES RINCÕES: DISCUTINDO EXPERIÊNCIAS DE ENSINO NA PANDEMIA EM UMA ESCOLA INDÍGENA E DO CAMPO

Camila Martins Grellt
Tatiana Souza de Camargo
Rita Fabiana Silveira Melo de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.3052130047

CAPÍTULO 8..... 60

A IMPORTÂNCIA DA TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE COORDENADORAS, SUPERVISORA E O LICENCIANDO EM ARTES VISUAIS DO PIBID: POSSIBILIDADES DE NOVAS PERCEPÇÕES

Elisiane do Carmo Neneve
Vivian Letícia Busnardo Marques
Ana Paula Peters
Leoana Rocha Seraphim

DOI 10.22533/at.ed.3052130048

CAPÍTULO 9..... 72

A IMPRENSA ESCRITA COMO INFORMADORA E FORMADORA

Maria Isabel Moura Nascimento
Deise Terezinha Peleka Lara Zene

DOI 10.22533/at.ed.3052130049

CAPÍTULO 10..... 95

COMPREENSÃO LEITORA DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Tiago Rodrigo Alves Sandes
Thiago Gonçalves de Jesus
Rosana Carla do Nascimento Givigi
Susana de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.30521300410

CAPÍTULO 11..... 103

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD) NO BRASIL

Leonardo de Paula Miranda
Thatiane Lopes Oliveira
Luziana Soares Ramos

Leila Conceição de Paula Miranda
Pâmela Scarlatt Durães Oliveira
Patrícia de Sousa Fernandes Queiroz
Falyne Pinheiro de Oliveira
Ariane Gonçalves de Oliveira Coutinho
Karla Jaciara Vieira Damaceno
Danilo Cangussu Mendes
Wadingthon Veloso e Silva
Patrícia Helena Costa Mendes

DOI 10.22533/at.ed.30521300411

CAPÍTULO 12..... 111

PROMOVER AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NA FORMAÇÃO PARA A DOCÊNCIA

Vitor Patrício Rodrigues Ribeiro
Isilda Bragadcosta Monteiro
Margarida Quinta e Costa

DOI 10.22533/at.ed.30521300412

CAPÍTULO 13..... 126

DIFICULDADES ENFRENTADAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM ACERCA DOS TEMAS INTRODUTÓRIOS DE QUÍMICA POR ALUNOS DE NONO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Yasmim Lorena Nunes Barbosa
Denílson Magalhães Silva
Jocielma Batista Souza
Daniela Cristina Feitosa Angelo
Leomar Silva de Sousa
Sabrina dos Santos Cortes
Albert Galileu Prates Silva de Abreu
William Araujo da Silva
Paloma Silva Sousa
Wedson Silva Santos
Fernando Pereira da Silva
Juliele do Espírito Santo Santos

DOI 10.22533/at.ed.30521300413

CAPÍTULO 14..... 132

MINIMIZANDO A INDISCIPLINA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA LUDICIDADE E DA PSICOPEDAGOGIA

Márcia Maria Matias Pinheiro
Isabelle Cerqueira Sousa

DOI 10.22533/at.ed.30521300414

CAPÍTULO 15..... 147

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A INCLUSÃO DE SUJEITOS COM ALTAS HABILIDADES SUPERDOTAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Janaina Isis Rodaski

Giselle Priscila Scheidt Martins Gartner

DOI 10.22533/at.ed.30521300415

CAPÍTULO 16..... 152

O DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DAS ATIVIDADES LÚDICAS

Juarez Oliveira Ferreira

Thais Brune

Mariluz Sartori Deorce

DOI 10.22533/at.ed.30521300416

CAPÍTULO 17..... 168

DA MEMÓRIA DOCENTE EM FORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS CADERNOS REFLEXIVOS DA LEC/UFRRJ

Fabrcia Vellasquez Paiva

DOI 10.22533/at.ed.30521300417

CAPÍTULO 18..... 184

A (RE)CONSTRUÇÃO DE UM REFERENCIAL CURRICULAR INTEGRADO PARA O PROEJA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE

Francy Izanny de Brito Barbosa Martins

DOI 10.22533/at.ed.30521300418

CAPÍTULO 19..... 194

EDUCAÇÃO SEXUAL E BOURDIEU: UMA INVESTIGAÇÃO DO PODER SIMBÓLICO E DA DOMINAÇÃO MASCULINA EM ALUNOS DE ENSINO MÉDIO

Roberta Seixas

Andreza Olivieri Lopes Carmignolli

Denise Maria Margonari Favaro

DOI 10.22533/at.ed.30521300419

CAPÍTULO 20..... 204

EDUCAÇÃO NOS MEIOS ESCOLARES: CONTRIBUIÇÕES DE CHARBONNEAU NO GENÁRIO BRASILEIRO

Jefferson Fellipe Jahnke

DOI 10.22533/at.ed.30521300420

CAPÍTULO 21..... 208

A LDB 9394/96 E AS MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO: O OLHAR DE PROFESSORES DE UM CENTRO ESTADUAL DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE

José Edmilson Cunha da Silva

Marilde Chaves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.30521300421

SOBRE OS ORGANIZADORES 220

ÍNDICE REMISSIVO..... 222

A LDB 9394/96 E AS MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO: O OLHAR DE PROFESSORES DE UM CENTRO ESTADUAL DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Data de aceite: 28/04/2021

José Edmilson Cunha da Silva

SEDUC-PI

<http://lattes.cnpq.br/4769103588756537>

Marilde Chaves dos Santos

UFPI

<http://lattes.cnpq.br/2179122036665329>

RESUMO: Este texto tem por objetivo destacar sob a ótica dos professores, quais as mudanças mais significativas para a educação profissionalizante¹ trazidas pela LDB 9394/96. Ele é parte de uma pesquisa realizada com professores de uma escola de ensino profissionalizante, cujos dados foram coletados através de um questionário. Tem como suporte teórico autores como Carneiro (2015), Guimarães (2006), Saviane (2004), Tardif (2008), Favretto e Scalabrin (2015), entre outros. Apresenta discussões acerca da LDB e da trajetória da educação profissional no Brasil. Pelos resultados, constata-se que os professores veem como principal mudança trazida pela LDB pela educação profissional o seu reconhecimento social. Conclui-se que na percepção dos professores há um entrelaçamento entre a legislação, as políticas públicas e as práticas docentes.

PALAVRAS-CHAVE: Legislação. Educação Profissional. Saberes docentes.

ABSTRACT: This study aims to highlight, from the teacher's point of view, the most relevant changes

for professionalizing education after LDB9394/96. It is part of a research conducted with teachers from a professionalizing education school, which had the data collected by a questionnaire. Its theory is supported by authors such as Carneiro (2015), Guimarães (2006), Saviane (2004), Tardif (2008), Favretto and Scalabrin (2015), among others. It presents discussions about the LDB and professional education's trajectory in Brazil. The results show that teachers seem the social recognition of the professionalizing education as the main change brought by LDB. It concludes that in the teacher's perception legislation, public policies and teaching practices are intertwined.

KEYWORDS: Legislation, Professional Education. Teaching knowledge.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto constitui-se em um recorte de uma pesquisa de mestrado que versa sobre legislação educacional. Tem por objetivo específico destacar, sob a ótica dos professores, quais as mudanças mais significativas para a educação profissionalizante trazidas pela LDB 9394/96.

A pesquisa em questão teve por aportes teóricos e metodológicos autores como: Carneiro (2015), Guimarães (2006), Saviane (2004), Tardif (2008), Favretto e Scalabrin (2015), Richardson (2012), Gil (2002), entre outros. Além disso, usaram-se também documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

¹ O conhecimento da legislação educacional por professores do ensino profissionalizante: implicações para a profissão docente

(BRASIL, 1996) e outros dispositivos legais, como constituições, leis complementares e decretos.

Foram utilizados como instrumentos de pesquisa questionários com perguntas abertas e fechadas. Os sujeitos inqueridos foram professores de uma escola de ensino profissionalizante, cujo critério de inclusão na investigação foi ser não licenciados. Para analisar os dados foi aplicada a técnica de Análise de Conteúdo.

1.1 Legislação Educacional: Aspectos Teóricos

De acordo com Guimarães (2006, p. 389), em seu Dicionário Jurídico, a legislação corresponde a “um conjunto de leis sobre uma matéria de um país”. Daí depreende-se que a legislação educacional corresponde a um conjunto de leis sobre a matéria da educação no Brasil.

Então, pensada desta maneira, a legislação brasileira sobre a matéria da educação está expressa em um conjunto de dispositivos legais que engloba a Carta Magna do País, as emendas constitucionais, as leis complementares, os decretos, entre outros. De acordo com Bezerra (2013), entende-se por portaria os documentos de competência comum às autoridades administrativas e por decretos os textos legais de competência privativa do chefe do poder executivo e por resoluções aqueles documentos de competência privativa dos secretários de educação.

Em se tratando de leis, a educação brasileira é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que é uma lei ordinária, por seu rito ser de caráter simples, permitindo assim que os entes federados criem suas leis para suprir as lacunas existentes, obedecendo comandos constitucionais. Dessa forma, o desafio da educação brasileira é interpretar e fazer cumprir o que diz a LDB na perspectiva formal, informal e não-formal. (RODRIGUES; ALBUQUERQUE, 2016, p. 428).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira foi promulgada em 1996, sob o nº 9394/96. Ela está prevista em nosso ordenamento jurídico como lei ordinária que complementa a Constituição Federal de 1988, como forma de regulamentar a matéria da Educação contida na Carta Magna vigente, em especial nos seus Arts. 205 a 214 e nas Emendas Constitucionais que se seguiram.

Assim, se temos uma lei que rege a educação e que se denomina de diretrizes e bases, cabem algumas considerações acerca do significado destes termos. Segundo Saviane (2004), se compreende por diretrizes as linhas gerais, sob as quais se sustentam determinada matéria. Ou seja, no caso, em questão, as diretrizes estabelecem os parâmetros, os princípios, os rumos que se deve imprimir à educação brasileira. Tais diretrizes estão dispostas nos Títulos de I ao IV da lei em questão.

Para o mesmo autor, por ‘bases’ se compreende, neste caso, os graus sob os quais se configura a educação nacional. Trata-se da organização e do funcionamento dos níveis e modalidades de ensino, sua forma de gestão, recursos e agentes educativos que estão

dispostos nos demais títulos da lei.

É preciso lembrar que, antes de sua aprovação, a atual LDB tramitou oito anos no Congresso Nacional, atravessando um período marcado externamente pela globalização e pelo neoliberalismo. Internamente, o cenário político foi desenhado pela redemocratização do país e ascensão de um modelo político e econômico baseado na ideia de estado mínimo e que se materializou no processo de privatização, terceirização, percepção tecnocrática e a presença do Estado não como promotor, mas apenas como regulador das políticas.

Pode-se considerar que no geral essa legislação trouxe avanços para a educação brasileira, como por exemplo: a abrangência do conceito de educação, a inclusão do direito à educação infantil como primeira etapa da educação básica, ficando sob a supervisão do poder público; a colocação da educação especial como uma modalidade da educação; a exigência da graduação como formação mínima para profissionais da educação, e a fixação de prazos de repasse de recursos financeiros pelos entes federados.

Entretanto, é preciso salientar que uma legislação pode produzir efeitos negativos e positivos. Segundo Carvalho (1998), figura como aspecto negativo da atual LDB seu viés neoliberal, visto pelo autor como uma política governamental como excludente, que produziu uma legislação aliada ao capital financeiro e que buscar formar “cidadãos eficientes” e “consumidores conscientes”.

Destaca-se, por outro lado, que ter o domínio das normas e regulamentos é algo difícil diante do arsenal de regras legais em que se transformou a legislação educacional brasileira, mas de fundamental importância para o professor que quer e precisa a tomar decisões acertadas relacionadas ao seu cotidiano, independente da função que ocupe. Porém, nem sempre os atores escolares conseguem ter acesso a essas mudanças e este fato tem repercussão no trabalho docente, pois este tem, de certa maneira um caráter normativo, uma vez certas atribuições do professor são determinadas por leis. (TARDIF, 2008).

1.2 A Educação Profissional no Brasil

Estudos como o de Machado e Cury (2009), Favretto e Scalabrin (2015) e Garcia et al. (2018) apontam que a educação profissional no Brasil está historicamente associada à qualificação das classes desfavorecidas, contendo no seu bojo um viés assistencialista desde a sua origem.

Segundo Garcia et al. (2018, p.03), a educação profissional se inicia no Brasil no período do Império, tendo por preocupação maior “a formação compulsória de trabalhadores em vários ofícios, porém, com um objetivo principal de retirar as crianças de rua para que não se transformassem em futuros desocupados”. Ver-se então que no seu nascimento, esta modalidade de ensino tinha por finalidade a educação moral do trabalhador, mais do que uma preparação intelectual, sendo que esta era direcionada às elites econômicas.

É importante destacar que as concepções e orientações normativas sobre a educação

profissional vão se transformando de acordo com os interesses políticos relacionados ao desenvolvimento econômico do país e atualmente está disponível a todos que têm interesse em profissionalizar-se, como se pode observar através dos dispositivos legais que vem sendo criados no sentido de ordenar o oferecimento desta modalidade de ensino (FAVRETTO; SCALABRIN, 2015). Assim, observa-se que a educação profissional no Brasil se inicia a partir de Escolas de Aprendizes e Artífices, evoluindo para Liceus Profissionais, transformam-se em Escolas Técnicas, que depois passam a ser denominados Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), que chegam até os nossos dias como Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Nessa trajetória da educação profissional destaca-se o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM), criado em 1968 através do Decreto Presidencial n. 63.914, de 26 de dezembro. Criado para reformular e atualizar o ensino primário e médio no país tinha por “objetivo especial de incentivar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do ensino médio”. (BRASIL, 1968).

Este decreto foi atualizado por outro, o de nº 70.067 de 26 de janeiro de 1972, que teve como objetivo principal aperfeiçoar o sistema de ensino de 1º e 2º graus no Brasil. (SANTOS, 2010). Fruto do Convênio Ministério da Educação e Cultura (MEC) com a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e estabelecido sob a perspectiva educacional do Governo Militar, “buscava harmonizar os objetivos da cultura geral com os da formação profissional voltado para o atendimento à demanda do desenvolvimento econômico” (SANTOS, 2010, p.54).

Avançando no tempo, os autores consultados destacam que na década de 1990, muitas escolas técnicas e agrícolas foram transformadas em Centros de Educação Tecnológicas. Estas serviram de base para a criação do sistema nacional de educação tecnológica em 1994 e para a posterior criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei 11.892/2008 (GARCIA ET AL., 2018).

Com promulgação da LDB 9394/96 a educação profissional assumiu outra configuração, estabelecendo-se como um direito de todos os cidadãos, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, devendo ser desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada. Sendo esses cursos e programas de nível médio, tecnológico de graduação e de pós-graduação (FAVRETTO; SCALABRIN, 2015).

Em consonância com as necessidades sociais, em 2017 a LDB 9394/96 sofreu outra alteração através da Lei nº 13.415/2017. Para Garcia et al. (2018), trata-se de uma reforma estrutural no Ensino Médio, que ao flexibilizar a grade curricular, permite que o estudante escolha a área de conhecimento na qual pretender se aprofundar, além de alterar também a questão do financiamento da educação, na medida em que fomenta a implementação de Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral.

2 | O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa que originou este texto caracterizou-se por ser de natureza básica, visto que sua intenção é procurar novas teorias ou incrementar os conhecimentos científicos já existentes (RICHARDSON, 2012).

Quanto à abordagem, a pesquisa usou o método misto, que combina estratégias das pesquisas qualitativas e quantitativas, como o uso de questões abertas e fechadas e análises textuais e estatísticas (CRESWELL, 2007). Considerando os objetivos propostos para este estudo, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

Tendo por base os procedimentos técnicos utilizados que dizem respeito à coleta de dados, a pesquisa caracterizou-se ainda por ser de campo Gil (2002), que correspondeu à escola de ensino profissionalizante denominada Centro Estadual de Educação Profissional “Calisto Lobo” (CEEP), localizada na cidade de Floriano (PI).

Como instrumento de coleta de dados foram utilizados questionários com perguntas abertas e fechadas. (GIL, 2002), tendo como sujeitos 26 professores dos cursos profissionalizantes da referida escola. A pesquisa seguiu todos os processos éticos estabelecidos pela resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e está registrada com o CAAE nº 12537719.9.0000.5660 do CEP – UFPI/CAFS.

Os dados foram averiguados mediante a aplicação da técnica de Análise de Conteúdo. (RICHARDSON, 2012, p. 223).

3 | ANÁLISE DOS DADOS

Para este recorte da pesquisa, serão apresentados três dos parâmetros dados aos sujeitos participantes afim de que fossem destacados, sob a ótica dos professores, as mudanças mais significativas para a educação profissionalizante trazida pela LDB 9394/96: conceito de educação, inclusão e ensino profissionalizante.

3.1 Conceito de educação

Inicialmente, a pesquisa em tela procurou detectar como os professores percebem a questão central levantada, inquirindo-os sobre as mudanças percebidas no conceito de educação. As respostas dadas à questão foram sintetizadas no quadro a seguir:

Categoria	%
Não responderam nenhuma alternativa	30, 9
Abrangência do conceito	23, 1
A Educação como prática social	11, 5
Universalização do atendimento	7,7
A inclusão e a diversidade	7,7
O uso de tecnologias	3,8
Educação enquanto transmissão de valores	3, 8
Outros	3,8
Total	100

Quadro 01: Panorama das respostas dadas às mudanças relativas ao conceito de educação.

Fonte: questionário (2019)

Pelo quadro ver-se que 30,9% dos sujeitos entrevistados não responderam a nenhuma das alternativas apresentadas na questão (P6, P8, P9, P12, P13, P17, P19, P24). Dos demais, 23,1 % citaram mudanças relativas à abrangência do conceito, a universalização do atendimento (7, 7 %), aspectos ligados à inclusão e diversidade (7,7 %), a educação como prática social (11, 5%), o uso de tecnologias (3,8%) e a educação enquanto transmissão de valores (3,8%) e outros (3,8 %).

Discutir as concepções de educação presente hoje no meio educacional seja do ponto de vista legal seja do ponto de vista das práticas pedagógicas se reverte de um caráter fulcral, pois são estas concepções que balizam todas as políticas públicas e também por ser um dos aspectos que mais se avançou teoricamente. Assim, pode-se afirmar que as discussões sobre o conceito de educação nas últimas décadas do Século XX foram muito ricas, pois tiveram a influência da sociedade civil organizada, que impeliram as diversas instâncias que pautam a questão a reconhecer também como educação outras práticas além das que ocorrem dentro da escola, sendo que a legislação brasileira incorporou esta discussão, conforme está expresso no art. 1º da LDB atual (BRASIL, 1996). Isto se constituiu em um dos avanços mais significativos da atual LDB, pois insere a educação como uma prática social e não como uma mera transmissão de conhecimentos. Assim, a partir da organização das respostas dadas pelos professores, constatou-se que 23,1% deles, perceberam este movimento de alargamento da educação como se pode nas falas destacadas desse grupo de respostas:

A ampliação do conceito “Educação”; da ampliação das responsabilidades educacionais para um número maior de atores sociais, sem desresponsabilizar o estado como financiador da educação nacional; (P20).

Uma abrangência maior do conceito de educação, envolvendo mais fatores e autores. (P22).

Nessa mesma direção, outro grupo de respostas apontou como mudança o reconhecimento da educação como uma prática social e assim posicionaram-se de forma semelhante ao que foi destacado pelo sujeito P18: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

Extraíram, assim, do conceito de educação expresso na LDB atual, a vinculação entre a educação e o mundo do trabalho e como um fenômeno social inerente ao homem. Em se tratando de uma escola que é voltada para a educação profissional, a percepção deste aspecto da educação, torna-se relevante, pois implica no reconhecimento da profissionalização não apenas como uma forma de adquirir habilidades para o trabalho, mas acima de tudo para se inserir em um mundo, onde a tecnologia, por exemplo, assume espaço importante.

Na percepção de um grupo de professores nessa mesma categoria, a LDB trouxe mudanças no que diz respeito à valorização do professor, reforçando a educação enquanto direito constitucional. São aspectos que não se encontram diretamente ligado ao conceito de educação, mas que mantém relação com este.

Somente um pequeno percentual (3,8 %) não fez referências significativas às mudanças no conceito de educação.

3.2 A inclusão e os avanços trazidos pela legislação

Procurou-se, em seguida detectar como os professores percebem as mudanças na legislação educacional a este respeito. As respostas obtidas foram organizadas no quadro a seguir:

Categoria	%
Não responderam nenhuma alternativa	26,9
Disseram não saber	3,8
Acessibilidade	11,5
Atendimento Educacional Especializado	19,2
Financiamento	7,7
Diversidade cultural	23,1
Modalidades educacionais	7,7

Quadro 02: Mudanças trazidas pela LDB no aspecto da inclusão

Fonte: questionário (2019)

O quadro evidencia que 26,9 % não responderam à questão formulada (P6, P8, P9, P13, P17, P19, P24) e 3,8% não souberam responder. Os demais fizeram referência à acessibilidade (11,5%), ao Atendimento Educacional Especializado (19,2 %), financiamento

(7,7%), diversidade cultural (23,1%) e modalidades educacionais (7, 7%).

No que tange à acessibilidade, pode-se destacar o seguinte posicionamento de um dos professores:

Um avanço enorme no sentido de informar e regulamentar que inclusão não é só ter um aluno PNE matriculado na escola, mas sim sujeito ativo de sua formação com atividades adaptadas às suas necessidades. (P1).

Reitera-se que as mudanças ocorridas na legislação são reflexos das discussões e cobranças sociais, que percebidas vão sendo incorporadas às leis. Assim, presente originalmente no Capítulo V da LDB, ainda como educação especial, o tema foi se desenvolvendo surgindo leis complementares à própria LDB para tratar da questão, como a Lei 10.436/02 que reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação para a comunidade surda (BRASIL, 2002). Como desdobramentos foram surgindo leis mais específicas para garantir a inclusão escolar. Nesta direção, um grupo de professores se reportou ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), fazendo observações como a destacada a seguir pelo sujeito P3:

A lei 9.394 /96 em termos de educação inclusiva assegura a ampliação de oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência;

São percepções pertinentes, pois elevam para outro patamar o tratamento dado às pessoas com deficiência, que antes eram atendidas em instituições fora da escola e partir da LDB torna-se obrigação da escola desenvolver maneiras para atender esta clientela, para que se possa cumprir o princípio legal da educação para todos. Nesse mesmo viés, outro grupo de professores levantou outro aspecto, que é o da diversidade étnica e cultural, do qual destacou-se as seguintes falas:

Uma mudança muito importante, pois aproximou e trouxe esperança e apoio as classes de pessoas negras ou com deficiência que sofrem bastante preconceito e tem certa dificuldade para ingressar na educação (P10).

Vem em total destaque para uma educação especial, jovens e adultos, indígena, etc, onde essas modalidades oferece a oportunidade de integrar e oferecer acessos contínuos para seus desenvolvimentos. (P26);

As respostas dadas pelos professores são tratadas como princípios na LDB, que traz em seu art. 3º referências à igualdade de condições, liberdade de aprender, respeito à liberdade e tolerância. São princípios democráticos e que reafirmam o direito de educação para todos e que paulatinamente vêm sendo regulamentado por leis específicas, como por exemplo a Lei 10.639/03 e sua posterior atualização através da Lei 11.645/08 que versam sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.

3.3 A lei 9.394/96 E os avanços para a educação profissionalizante

Este item tratou de uma questão muito pertinente ao estudo, pois ajuda a antever

o que os professores conhecem sobre a área em que estão inseridos. As respostas dadas aos professores foram organizadas no quadro a seguir:

Categoria	%
Não responderam ao item	11, 5
Não souberam responder	15, 5
Consideraram que não trouxe avanços	11, 5
Ensino integrado	19, 2
Educação profissionalizante e tecnológica	23, 4
Carga horária	3,8
Abrangência do conhecimento técnico-científico	3,8
Mudanças quanto ao valor social	11, 5

Quadro 03: Mudanças na educação profissionalizante trazidas pela LDB

Fonte: questionário (2019)

Agrupando os percentuais de 11,5% sujeitos que não responderam (P6, P9, P18), 15,5% que não souberam responder (P13, P14, P17, P26) e 11, 5% que consideram que não houve avanços (P 8, P19, P21), somam-se 38,5% de sujeitos que não atentaram para este aspecto de seu trabalho docente. Por vezes, conhecer a trajetória da área que se exerce ajuda a dar sentido às práticas que se desenvolve e ajuda a concretizar os objetivos.

Pode-se dizer que a educação profissional passou por muitos avanços se for considerada sua trajetória histórica e principalmente as últimas décadas, visto a quantidade de leis e decretos editados nessa área. Neste sentido, as falas dos professores remeteram a pontos cruciais tratados pela legislação e que expressam as exigências da sociedade sobre esta modalidade de ensino. Assim, os professores citaram como avanços a integração do ensino médio (19, 2 %), a absorção da educação tecnológica (23, 4 %), a abrangência do conhecimento técnico científico (3,8%) e as questões relativas à carga horária do ensino médio (3,8%), bem como as mudanças quanto ao reconhecimento social da educação profissional (11,5%).

Quanto à integração da educação profissional ao médio, destacou-se a seguir um posicionamento representativo da percepção dos sujeitos entrevistados:

Principalmente em suas ofertas podendo ser concomitante, subsequente e integrado. Assim aplicando a oferta, formando jovens para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que concluem o ensino médio assim, podendo ingressar no mercado de trabalho para ter condição financeira para prosseguimento dos estudos. (P1);

Fazendo um paralelo entre as duas últimas Leis de Diretrizes e Bases da Educação,

observa-se que a Lei 5692/71 tornou ao dar um caráter de terminalidade ao antigo segundo grau (hoje ensino médio), por isso a profissionalização neste nível de ensino era compulsória (BRASIL, 1971). Esta disposição foi revogada em 1982 através do Decreto 7044/82 e posteriormente a LDB 9394/96 põe fim ideia de profissionalização do ensino médio quando colocou em seu Art. 36 a formação geral como dimensão primeira do Ensino Médio e colocando a Educação Técnica de Nível Médio como complementar à Educação Básica (CARNEIRO, 2015).

Ainda assim, isso não foi suficiente para dar uma identidade ao ensino médio brasileiro e nem para suprir as demandas exigidas pelo desenvolvimento tecnológico do país. Assim, em 2008, a Lei 11.741/2008 complementou o Art. 36 da LDB especificando que o desenvolvimento da educação profissional técnica de nível médio se daria articulada ao ensino médio e de forma subsequente, para quem já tivesse terminado este nível de ensino.

Analisando a respostas deste grupo de professores, ver-se que estes têm conhecimento desta realidade, conforme expressaram em suas colocações no grupo anterior e no grupo que tratou da educação tecnológica, que adotam posicionamentos como os destacados a seguir:

Criação da educação profissional e tecnológica (EPT). (P3);

Muitas pessoas passaram a ter acesso ao mercado de trabalho através do ensino profissionalizante gratuito e de qualidade. (P24).

Abrangência do conhecimento técnico-científico para alunos da educação básica, demonstrando a aplicação dos conhecimentos adquiridos na pesquisa científica (P12).

Pelo exposto, ver-se que refletir sobre a educação profissional incide sobre a função da educação diante das mudanças tecnológicas e da atual configuração do mundo do trabalho. E isto leva a colocar em xeque em especial a função do ensino médio no Brasil, que é o nível que atende a jovens próximos à entrada na vida econômica produtiva e que, da maneira em que este nível de ensino está configurado não consegue atender a contento ao contingente de jovens que a ele tem acesso.

Um grupo de professores fez referência ao reconhecimento social da educação profissional, conforme se vê ilustrado na fala abaixo:

Uma mudança quanto ao valor social, até então vista como opção exclusivamente dos pobres, destinados a uma formação tecnicista, que não carece da formação científica e humanista. (P15);

Nesse sentido, pode-se dizer que a legislação atual procura romper com a ideia de que a educação profissional é uma opção para as classes menos favorecidas para se colocar como opção de inserção numa sociedade cada vez mais dependente da tecnologia e que necessita de pessoas que saibam operá-la.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Navegar pelos aspectos teóricos e empírico da pesquisa em tela possibilitou constatações de como os professores assimilam as mudanças na legislação educacional e como eles as relacionam com as questões relativas ao ensino profissionalizante.

Sobre a educação profissional, constatou-se que esta tem uma trajetória na História do Brasil que trazia um estigma de classe social, pois desde princípio esteve voltada para a qualificação para o trabalho e para a formação moral de pobres e desvalidos, sendo, portanto, rejeitada pelas classes intelectuais. Constatou-se também que a legislação relativa a essa modalidade sofreu muitas mudanças em sua trajetória e que estas acompanham as mudanças no modelo econômico brasileiro. Atualmente a legislação voltada para a educação profissional procura dar a ela uma outra configuração, que é a de oferecer a quem tiver interesse os meios necessários para se inserir no mundo do trabalho, numa sociedade permeada pela tecnologia.

Os dados apontaram que na percepção dos professores pesquisados, há um entrelaçamento entre a legislação, as políticas públicas e as práticas docentes. Considerando estas como uma ação que vai além da transmissão de conhecimentos, mas se configura como uma prática que requer interação com os alunos e com a realidade deles. Os professores citaram o reconhecimento de direitos e deveres dos docentes e discentes como um dos resultados de se conhecer a legislação educacional.

No que diz respeito à legislação voltada para a educação profissional, os professores demonstraram ter conhecimentos dos aspectos principais desta área e destacam como avanços mais significativos trazidos pela LDB 9394/96 e suas leis complementares o reconhecimento social da educação profissional e que isto se constitui num aspecto determinante para que se cumpram os objetivos previstos para esta modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Júlio César. “**O que estamos fazendo?**”: reflexos da racionalidade legalista sobre a atividade dos atores da educação. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociologia da Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: s.n., 2013. 127 p. Disponível em < bdt.d.ibict.br/vufind/Record/USP_ce58e6a9d16acef39551478158bda03a > Acesso em 10 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968.** Provê sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e dá outras providências. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63914-26-dezembro-1968-405261-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 14 out.2019.

BRASIL. **Lei 9394/96.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 24 de abril de 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> Acesso em 18 ago.2019.

BRASIL, **Lei 5692/71, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em < <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71> > Acesso em 05 out.2019.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 23ª. ed. revista e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CARVALHO, Djalma Pacheco de. A Nova Lei de Diretrizes e Bases e a formação de professores para a educação básica. **Ciênc. educ.** (Bauru) vol.5 no.2 Bauru 1998. Disponível em < www.scielo.br/pdf/ciedu/v5n2/a08v5n2.pdf > Acesso 27 dez. 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Trad. Luciana Vieira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Art Med, 2007.

FAVRETTO, Juliana; SCALABRIN, Ionara Soveral. **Educação profissional no Brasil**: marcos da trajetória. Educere. XII Congresso Nacional de Educação. V Encontro Nacional sobre profissionalização docente. Disponível em < educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22698_11447.pdf > Acesso em 1º out. 2019.

GARCIA, Adilson de Campos *et al.* Educação profissional no Brasil: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales**: Publicações Acadêmicas Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM ISSN: 2238-6424 QUALIS/CAPES – LATINDEX Nº. 13 – Ano VII – 05/2018. Disponível em < <http://www.ufvjm.edu.br/vozes> >. Acesso em 1º out.2019.

GIL, Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário Técnico Jurídico**. 8ª ed. São Paulo: Rideel, 2006.

MACHADO, Lucília Regina de Souza; CURY, Carlos Roberto Jamil. Integrating Education and Work: The Status of Vocational Education in Brazil. In: MACLEAN, Rupert; WILSON, David N.. (Org.). **International Handbook of Education for the Changing World of Work**: Bridging Academic and Vocational Learning. 1ª ed. Bonn: UNESCO-UNEVOC / Springer, 2009, v. 2, p. 637-648. Disponível em < www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uploads/2010/06/ >. Acesso em 1º out.2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, Rui Martinho; ALBUQUERQUE, José Cândido Lustosa Bitencourt de. Para entender a LDB. In: ANDRADE, Francisco Ari de *et al.* (orgs). **LDB 20 anos**: política, história e espaços educacionais. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

SANTOS, Alda Quintino dos. **O ensino médio na Bahia e os ginásios/escolas polivalentes**: a iniciação para o trabalho. Dissertação [Mestrado em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade. Área de concentração: História da Educação. Universidade do Estado da Bahia] Salvador, 2010 163 p. Disponível em < http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/alda_quintino_dos_santos.pdf > Acesso em 30 set. 2019.

SAVIANE, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetórias, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. 9ª ed.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

SOBRE OS ORGANIZADORES

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA - Professor do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (Uneb - Campus VII) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA (Uneb - Campus III). Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias (IESCFAC), Especialista em Educação Matemática e Licenciado em Matemática pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco (CESVASF). Foi professor e diretor escolar na Educação Básica. Coordenou o curso de Licenciatura em Matemática e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no Campus IX da Uneb. Foi coordenador adjunto, no estado da Bahia, dos programas Pró-Letramento e PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). Participou como formador do PNAIC/UFSCar, ocorrido no Estado de São Paulo. Pesquisa na área de formação de professores que ensinam Matemática, Ludicidade e Narrativas. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (CNPq/UFSCar), na condição de pesquisador; do Grupo Educação, Desenvolvimento e Profissionalização do Educador (Uneb/PPGESA), na condição de vice-líder e do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (LEPEM/Uneb) na condição de líder. É editor-chefe da Revista Baiana de Educação Matemática e coordenador do Encontro de Ludicidade e Educação Matemática.

ILVANETE DOS SANTOS DE SOUZA - Doutoranda do Programa de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática-(UFS). Possui Licenciatura Plena em Pedagogia e Licenciatura Plena em Matemática .Especialista em Gestão Escolar; em Educação Profissional integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; em Matemática Financeira e Estatística e em Educação Matemática. Pesquisa na linha de Formação inicial e continuada de professores que ensinam Matemática, Ensino de Matemática. Integra os Grupos de Estudos e Pesquisas: Ensino de Ciências e Matemática- ENCIMA (CNPq/UFBA) , Grupo de Estudo e Pesquisa Educação do Campo (CNPq/UNEB). É egressa dos Grupos de Estudos e Pesquisas: Educação a Distância e Práticas Educativas Comunicacionais e Interculturais- EDaPECI (CNPq/UFS) e Núcleo de investigação sobre História e Perspectivas Atuais da Educação Matemática- NIHPEMAT (CNPq/UFS). Atualmente é professora efetiva da Prefeitura Municipal de Barreiras-BA, atuando como Técnica Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

REINALDO FEIO LIMA - Professor Adjunto C da Área Temática de Educação Matemática, lotado no Instituto de Engenharia do Araguaia (IEA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2016-2019). Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul (2012-2014). Graduado em Matemática pela Universidade do Estado do Pará (2006). Bacharel em Administração pela Universidade de Brasília (2010). Especialista em Estatísticas Educacionais pela Universidade Federal do Pará (2010). Especialista em Sabres Africanos e Afro-brasileiro na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2012). Atuou como Coordenador do curso de Licenciatura em Matemática do Instituto de Engenharia do Araguaia, portaria 874/2015. Foi Diretor do Instituto de Engenharia do Araguaia, Portaria 349/2016. Desde 2020, é líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Educação Matemática, Estatística e Inclusão (GEPEMEI/UNIFESSPA), certificado pelo CNPq junto à UNIFESSPA. É membro do Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos: Políticas de Inclusão, Educação Bilíngue (GPES/UNIFESSPA) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Educação Matemática Inclusiva (GEPeDEMI/UFCG). É sócio da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM). Temas de interesse: Educação Matemática, Educação Matemática Inclusiva; Educação Estatística; Materiais Curriculares Educativos; Tecnologias Digitais Assistivas; Processos de ensino e de aprendizagem da Matemática e Formação de Professores que ensinam Matemática.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações educativas 16, 152

Alfabetização 2, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 81, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 220

Altas habilidades e superdotação 147

Ambientes virtuais 12, 13, 14, 27, 29, 32, 104, 107, 108, 110

Aprendizagem 5, 9, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 54, 57, 65, 66, 90, 92, 97, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 156, 158, 161, 163, 166, 167, 171, 185, 187, 193, 198, 202, 221

Atividades lúdicas 1, 129, 132, 140, 141, 152, 153, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166

C

Circulação de saberes pedagógicas 204

Colégio Santa Cruz 204, 205, 206

Compreensão 9, 12, 14, 15, 16, 32, 46, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 76, 79, 84, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 119, 120, 123, 127, 128, 130, 133, 134, 139, 145, 148, 155, 159, 171, 177, 182, 185, 187, 189, 199

Covid-19 12, 21, 22, 53, 55, 59

D

Decolonialidade 168

Desenvolvimento profissional docente 184, 185, 188, 192

Dificuldades de aprendizagem 42, 127, 135, 136, 137

Disciplina 2, 3, 7, 28, 32, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 65, 68, 69, 127, 128, 132, 133, 134, 142, 143, 144, 146, 170, 193

Docência 5, 32, 33, 44, 47, 49, 52, 60, 61, 68, 71, 104, 111, 113, 123, 188, 192, 193, 220

Dominação masculina 194, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203

E

Educação 2, 3, 5, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 113, 115, 125, 128, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188,

189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221

Educação a distância 11, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 33, 34, 43, 56, 220

Educação de jovens e adultos 184, 185, 188, 192, 193, 220

Educação do campo 53, 57, 168, 169, 170, 171, 177, 180, 182, 183, 220

Educação profissional 11, 184, 185, 187, 189, 193, 208, 210, 211, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220

Educação sexual 194, 197, 205

Ensino 1, 3, 4, 5, 6, 12, 13, 17, 18, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 63, 64, 65, 66, 68, 70, 76, 77, 80, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 136, 139, 140, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 156, 167, 169, 185, 188, 190, 192, 193, 194, 197, 198, 203, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221

Ensino-aprendizagem 5, 28, 29, 33, 36, 37, 42, 44, 45, 46, 51, 52, 65, 104, 105, 106, 108, 109, 126, 127, 130, 145, 198

Ensino de Biologia 44

Ensino fundamental 53, 54, 96, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 154

Estudantes 4, 7, 12, 20, 30, 31, 37, 40, 42, 44, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 70, 77, 95, 97, 98, 100, 101, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 129, 130, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 188

Experiências educacionais 60

Extensão 35, 36, 38, 107, 138

F

Formação de professores 20, 41, 42, 71, 101, 111, 115, 123, 125, 147, 148, 151, 191, 192, 193, 219, 220, 221

G

Gaston Bachelard 11, 12, 17

Geotecnologias 111, 113

H

História da educação 72, 73, 74, 78, 80, 91, 93, 204, 206, 207, 219

I

Imprensa 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 93, 94

Inclusão escolar 147, 149, 151, 215

Indisciplina 132, 133, 134, 135, 142, 144, 145, 146

Influências importantes 1

Integração curricular 184, 187, 193

Interação 1, 2, 26, 28, 30, 32, 36, 47, 50, 55, 60, 63, 90, 97, 107, 108, 109, 137, 138, 142, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 162, 164, 166, 218

L

Legislação 64, 148, 149, 150, 151, 188, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 216, 217, 218

Leitura 1, 3, 14, 61, 77, 82, 85, 86, 88, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 159, 207, 219

Letramento 2, 55, 168, 172, 220

Licenciatura 33, 59, 60, 61, 62, 63, 68, 69, 111, 115, 119, 150, 152, 168, 169, 170, 180, 220, 221

Ludicidade 132, 133, 134, 139, 140, 141, 142, 145, 152, 153, 161, 220

M

Mapas dinâmicos 111

Memória formativa 168

N

Narratividade 168, 179, 180

P

Perfil do educador 44

Práticas docentes 1, 111, 208, 218

Práticas educativas 32, 204, 206, 220

PROEJA 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Professor formador 28, 29, 30, 32, 33, 110

Psicopedagogia 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 142, 146, 220

Q

Química 43, 126, 127, 128, 129, 130, 131

R

Realidade escolar 60, 69, 70, 136

S

Saberes docentes 208, 219

Storymaps 114

T

Técnica e tecnologia 11

Tecnologia 8, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 26, 29, 30, 35, 37, 104, 106, 111, 112, 152, 155, 184, 185, 187, 211, 214, 217, 218

TIG 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

Tipo de comunicação trocas 21

Trajetória profissional 1

Tutoria 104

U





Universidades 12, 61, 95, 119

V

Violência simbólica 194, 196, 197, 198, 200, 201, 202

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021